

TERMO DE **REFERÊNCIA**

Processo SEI nº 23000.029429/2022-06

Contratação de Solução Enterprise Linux e servidores de aplicação, incluindo suporte técnico oficial do fabricante e consultoria especializada

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC – LEI nº 14.133/2021

Processo Administrativo nº 23000.029429/2022-06

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022**1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de solução Enterprise Linux e servidores de aplicação, incluindo suporte técnico oficial do fabricante e consultoria especializada, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	Partnumber / SKU	CATSER CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium	RH00006	27502	Subscrição	48	R\$27.939,05	R\$1.341.074,40
	2	Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)	MW00275	27502	Subscrição	10	R\$71.379,84	R\$713.798,40
	3	Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01621	27502	Subscrição	64	R\$39.340,41	R\$2.517.786,06
	4	Red Hat OpenShift Platform Plus with Integration, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01802	27502	Subscrição	68	R\$84.098,96	R\$5.718.729,05
	5	Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)	MCT3694	27502	Subscrição	2	R\$104.095,60	R\$208.191,20
	6	Unidades de Treinamento (UT) - Créditos Educacionais Oficiais do Fabricante RED HAT	MCT0032US	27332	Unidade	80	R\$1.919,84	R\$153.587,20
	7	Consultoria Especializada Red Hat - Consultor	GPS-C	27332	Hora	9.176	R\$620,34	R\$5.692.247,49
Valor global estimado:							R\$16.345.413,80	

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, uma vez que apresenta, independentemente de sua complexidade, “padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar da contratação (ETP), apêndice do Edital.

A solução de TIC consiste no provimento de solução Enterprise Linux e servidores de aplicação, incluindo suporte técnico oficial do fabricante e consultoria especializada.

Registra-se que o objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD/ME nº 94/2022:

Art. 3º Não poderão ser objeto de contratação:

I - mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12; e

II - os serviços dispostos no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive a gestão de processos de TIC e a gestão de segurança da informação.

Parágrafo único. O apoio técnico aos processos de gestão, de planejamento e de avaliação da qualidade das soluções de TIC poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 4º Nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC seja objeto de contratação, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização.

Parágrafo único. A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato, conforme dispõe o art. 26, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se devido a fundamental importância para operacionalizar toda infraestrutura crítica do parque computacional do MEC, de modo a sustentar os sistemas educacionais e de negócio, a STIC dispõe de contratos de soluções de TIC para fornecimento equipamentos, softwares e serviços.

Assim, para que haja um atendimento de qualidade, é necessária uma atividade constante de gestão e sistemas informatizados que garantam a sua disponibilidade permanente, além do constante e tempestivo suporte ao usuário. Nesse sentido, a contratação em tela visa atender as necessidades atuais e futuras das operações de TIC e das áreas de negócio, sendo que a presente iniciativa está formalmente documentada nos Planos Estratégicos da STIC, alinhado aos objetivos estratégicos institucionais.

3.1 Bens e serviços que compõem a solução

Os cálculos da estimativa da demanda para a presente contratação, incluindo a relação entre a necessidade prevista e os respectivos quantitativos a serem contratados, estão detalhados no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

Abaixo segue um quadro resumo com os quantitativos a serem contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	Partnumber / SKU	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium	RH00006	Subscrição	48
2	Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)	MW00275	Subscrição	10
3	Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01621	Subscrição	64
4	Red Hat OpenShift Platform Plus with Integration, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01802	Subscrição	68
5	Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)	MCT3694	Subscrição	2
6	Unidades de Treinamento (UT) - Créditos Educacionais Oficiais do Fabricante RED HAT	MCT0032US	Unidade	80
7	Consultoria Especializada Red Hat – Consultor	GPS-C	Hora	9.176

Ressalta-se que a CONTRATANTE não está obrigada a consumir toda a estimativa acima, envidando-se esforços para que a operação e os serviços contratados sejam entregues obedecendo o princípio da eficiência, que é prerrogativa do corpo de fiscalização e gestão contratual. Assim, a contratação dos bens e a execução dos serviços se dará sob demanda, ou seja, conforme as necessidades da CONTRATANTE, no decorrer da execução contratual.

3.2 Benefícios a serem alcançados

Os principais benefícios potencialmente alcançáveis com o provimento da solução selecionada são os seguintes:

- Manter a continuidade, garantir capacidade e resiliência às aplicações e infraestrutura que sustentam as atividades finalísticas e programas de governo do Ministério;
- Dispor de forma contínua os serviços de sistemas operacionais e orquestração de containers para apoiar e operacionalizar a implementação de soluções de TIC e manutenção da infraestrutura tecnológica;
- Viabilizar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;
- Viabilizar a realização de atividades essenciais ao bom funcionamento da infraestrutura do MEC;
- Viabilizar o bom desempenho dos sistemas por meio de manutenções preventivas, evolutivas e corretivas;
- Subsidiar tecnicamente o MEC para suportar a continuidade de negócio dos sistemas de missão crítica;
- Garantir a integração e compatibilidade com o ambiente existente (hardware e software);
- Evitar possíveis gargalos e não atendimento às demandas, principalmente as relacionadas às novas tecnologias e metodologias;
- Permitir acesso a especialistas em diversas tecnologias correlatas à plataforma, além de possibilitar a contratação sob demanda.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamentos a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394445000101-0-000002/2023
- II. Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- III. Id do item no PCA: 6
- IV. Classe/Grupo: 182 – Serviços de Licenciamento de Contratos de Transferência de Tecnologia
- V. Identificador da Futura Contratação: 150004-4/2022

O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2023 do Ministério da Educação, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTIC)	
Objetivo Estratégico	Necessidade de Negócio
OE-11: Fortalecer a governança institucional	NN-14: Prover soluções, serviços, recursos e ferramentas para atendimento às necessidades de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Educação.
OE-12: Aprimorar os mecanismos de transparência e o acesso à informação	
OE-13 Promover a gestão da informação, a desburocratização e a transformação digital	
OE-15: Alinhar com as entidades vinculadas e fortalecer a cooperação com os sistemas de educação	
Direcionador Estratégico	
3	Tecnologia adaptativa (desenvolver iniciativas para garantir disponibilidade, performance e ampliar a confiabilidade dos recursos e ambientes de TIC por meio de soluções estruturantes, modularizadas, escaláveis e interoperáveis)
Iniciativa Estratégica vinculada ao direcionador	
3-D	Prover ferramentas e soluções adequadas às necessidades de negócio
Ações/projetos vinculados	
STIC.ACP-49	STIC.ACP-49 Manutenção de serviços continuados de TIC

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio

A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- a) Entregar soluções de TIC alinhados às necessidades de negócio do MEC;
- b) Suportar programas e políticas do MEC através de soluções e serviços de TIC;
- c) Prover capacidade da infraestrutura de TIC alinhado às demandas do negócio;
- d) Garantir a disponibilidade dos sistemas e serviços prestados pelo MEC;
- e) Aprimorar a qualidade e a percepção de entrega de valor dos serviços de TIC.

4.2 Requisitos de Capacitação

Os requisitos de capacitação, encontram-se definidos na Especificação Técnica, APÊNDICE 01, deste Termo de Referência.

4.3 Requisitos Legais

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a outras legislações aplicáveis.

4.4 Requisitos de Manutenção

Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções e assistência técnica pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.

Os requisitos de manutenção, encontram-se definidos na Especificação Técnica, APÊNDICE 01, deste Termo de Referência.

4.5 Requisitos Temporais

Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.6 Requisitos de Segurança e Privacidade

A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, bem como ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação.

A CONTRATADA deverá atender ao disposto no art. 18, V, "a" e "b" da IN-SGD 94/2022 (entrega dos termos de Compromisso e de Ciência) no prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos na solução deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

- a) Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do MEC ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- b) Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo MEC;
- c) Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

4.7 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

- a) Conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

4.8 Requisitos de Arquitetura Tecnológica

Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

A infraestrutura do MEC dispõe de uma série de elementos heterogêneos, agrupados em segurança, rede de comunicação de dados, telefonia, banco de dados, servidores de rede, servidores de aplicação e containers, sistemas operacionais, sistemas de backup e armazenamento de dados que não podem ficar indisponíveis.

Entre essas soluções, a subscrição do licenciamento dos produtos Red Hat Enterprise Linux e JBoss EAP, está ativa no ministério desde 2012 e vem permitindo que os sistemas de informação, que fazem uso de tais subscrições, beneficiem-se das melhorias que venham a ser disponibilizadas quando do lançamento das novas versões dos produtos contratados, tanto em termos de desempenho e confiabilidade quanto em novas funcionalidades, assim como o suporte e a consultoria especializada que têm-se destinado a suprir a necessidade de apoio técnico especializado ao corpo técnico do Ministério na utilização eficaz e com toda potencialidade dos recursos oferecidos pelas tecnologias envolvidas.

Para garantir a compatibilidade e integração com a infraestrutura atualmente implantadas, a solução deverá ser compatível com os seguintes produtos:

- a) Servidores bare-metal arquitetura x86;
- b) Servidores virtuais, baseados em VMware ESXi 6 ou superior;
- c) Plataforma de gerenciamento VMware vCenter Server 6 Standard ou superior;
- d) Armazenamento via protocolos NFS e iSCSI em storages Pure FlashArray e NetApp;
- e) Autenticação via Microsoft Active Directory;
- f) Monitoramento via sistema de monitoramento NAGIOS, Zabbix e BMC.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Além disso, conforme análise do contrato atual, serão necessárias algumas adequações para a nova contratação, em virtude da ampliação do escopo e dos serviços necessários para atendimento às necessidades de negócio, dentre elas estão:

- a) Adequar os requisitos técnicos, de forma a torná-las aderentes às necessidades atuais e futuras;
- b) Incluir novas atividades para os serviços de consultoria técnica especializada;
- c) Incluir novos serviços necessários à automação corporativa de TIC, permitindo construir, implantar e gerenciar automação de ponta a ponta em larga escala;
- d) Incluir, através de uma plataforma certificada de Kubernetes, serviços relacionados à orquestração de containers baseada em Kubernetes e containers Linux de maneira independente da plataforma de execução;
- e) Incluir serviços de orquestração de containers para o sistema SISU;
- f) Aprimorar as métricas de aferição das entregas dos serviços, de forma a torná-las mais objetivas e de simples aferição, para garantir o monitoramento do desempenho dos serviços contratados, com redução da complexidade.

4.9 Requisitos de Projeto e de Implementação

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação definidos na Especificação Técnica, APÊNDICE 01, deste Termo de Referência.

4.10 Requisitos de Implantação

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação definidos na Especificação Técnica, APÊNDICE 01, deste Termo de Referência.

4.11 Requisitos de Experiência Profissional

Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços, devendo considerar os requisitos definidos no APÊNDICE 01 e Documento de apoio Suplemento Técnico, deste Termo de Referência.

4.12 Requisitos de Formação da Equipe

Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, considerando os critérios estabelecidos no APÊNDICE 01, deste Termo de Referência.

4.13 Requisitos de Metodologia de Trabalho

A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento horas por dia e dias por semana de maneira eletrônica e horas por dia e dias por semana por via telefônica.

A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

A avaliação da qualidade dos serviços prestados ocorrerá através do acompanhamento e aferição dos atendimentos aos chamados de suporte técnico, seguindo os termos contratuais definidos neste Termo de Referência e Anexos.

4.14 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade, sob o ponto de vista da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações e a privacidade dos dados.

No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade” deverá ser observado (vide item 7, do Anexo I, da IN SGD/ME nº 94/2022).

Algumas categorias de requisitos de segurança da informação e privacidade são: implementação e manutenção de controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação; implementação de controles de acesso; implementação de controles necessários para o registro de eventos e incidentes de segurança da informação e privacidade; implementação e manutenção de controles específicos para registro de eventos e rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação e privacidade; implementação de medidas de salvaguarda para os logs; procedimentos e controles adequados para compartilhamento, uso e proteção da informação e os casos de compartilhamento de informações com terceiros; execução periódica de análise de vulnerabilidades na Solução de TIC; implementação de mecanismos de segurança da informação e privacidade relativos à Internet das Coisas (IoT), diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro, etc.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

4.15 Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.16 Outros Requisitos Aplicáveis

A contratação em tela deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Os softwares e todos os elementos da solução deverão ser compatíveis com o atual ambiente tecnológico, inclusive, hosts físicos, virtualização de Data Centers, redes e segurança, serviços de armazenamento, backup e monitoramento, entre outros;
- b) As novas licenças e subscrições, a serem fornecidas nesta contratação, deverão ter início de vigência imediatamente após o vencimento das atuais subscrições ainda vigentes;
- c) Não deverá haver sobreposição de período de vigência entre licenças de mesma natureza;
- d) O prazo de vigência das novas licenças e subscrições será de, no mínimo, 12 meses, sem prejuízo ao período de vigência restante das licenças e subscrições prévias;
- e) A consultoria técnica especializada deve ser capaz de abranger todos os elementos e itens da solução, contemplando implementação e integração dos componentes da solução ofertada, inclusive migração e integração com tecnologias já preexistentes.

4.16.1 Do tratamento de dados pessoais

A participação no licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo Ministério da Educação, na forma da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), seja o titular pessoa física direta ou indiretamente relacionada a licitante, inclusive sócios, empregados contratados e/ou terceirizados, quando for o caso.

As LICITANTES licitante estão cientes de que esta Administração - controladora dos dados – sempre que possível tomará decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realizará o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

O Ministério da Educação fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para finalidade específica, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

Caberá às licitantes e ao Ministério da Educação proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei nº 13.709/2018 o qual se submete o objeto deste Edital, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, respeitadas as regras previstas pelos artigos 23 a 30 da Lei nº 13.709/2018;
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias para atingir as finalidades de execução do objeto contratado;
- c) O Ministério da Educação poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste edital;
- d) Os dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido;
- e) O Titular tem direito a obter desta Administração a relação dos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição formal, conforme art. 18 da LGPD;
- f) O Ministério da Educação responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e
- g) Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, o Ministério da Educação comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

4.16.2 Das condições de confidencialidade e segurança das informações

A CONTRATADA deverá manter sigilo – sob pena de responsabilização civil, penal e/ou administrativa – sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e/ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e transferência, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações – independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE ou por terceiros a tais documentos.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Será exigido da CONTRATADA a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que ela o exija dos seus empregados que prestarem serviços no ambiente do CONTRATANTE. Por questões de segurança, fica a CONTRATADA obrigada a estender o COMPROMISSO de manutenção do sigilo e segurança das informações a todos os seus colaboradores diretamente envolvidos na execução do CONTRATO. Sendo que o CONTRATANTE reserva o direito de proceder levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

A CONTRATADA também estará sujeita ao cumprimento das diretrizes aplicáveis estabelecidas na POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES do CONTRATANTE, bem como suas respectivas NORMAS COMPLEMENTARES – às quais ao CONTRATANTE incumbe dar o devido conhecimento.

4.16.3 Da alteração subjetiva

É ADMISSÍVEL a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE à continuidade do CONTRATO.

4.16.4 Da participação de consórcios e cooperativas

A admissão ou não de consórcio de empresas e cooperativas em licitações públicas é competência discricionária do Administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Assim, considerando que nenhum dos lotes/grupos que compõem a pretensão contratual são considerando de grande vulto e que o objeto é constituído de serviços comuns com características homogêneas, entendemos não haver qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes – havendo no mercado competidores individuais em número suficiente para garantir a competitividade do certamente, tanto em termos de quantidade e como de capacidade técnica. Portanto, considerando as características do objeto, **não será admitida a participação de consórcios e cooperativas.**

4.16.5 Da interpretação de termos e/ou especificações conflitantes

Se houver um conflito entre os termos e/ou especificações nos vários documentos de apoio que integram o CONTRATO, incluindo este Termo de Referência e seus Apêndices e/ou Metodologias Técnicas subsidiárias, serão aplicados ordenadamente os seguintes critérios de interpretação:

- a) Na medida em que os termos conflitantes possam ser interpretados de forma arrazoada, de forma que sejam consistentes entre si e com os princípios gerais do CONTRATO, tal interpretação consistente deve prevalecer;
- b) Os termos e/ou especificações estabelecidos nos princípios gerais do CONTRATO e deste TERMO DE REFERÊNCIA prevalecerão sobre um termo conflitante nos documentos de apoio. No entanto, quando o texto dos princípios gerais contiver expressamente linguagem como "exceto conforme disposto de outra forma" ou palavras de significado semelhante, tal linguagem terá pleno vigor e efeito. Assim, em tais casos, o termo e/ou especificação em documento de apoio prevalecerá sobre um termo conflitante neste TERMO DE REFERÊNCIA; e
- c) Os termos conflitantes dentro ou entre documentos de apoio devem ser interpretados dando-se prioridade ao termo cuja aplicação ao assunto em questão esteja mais plenamente consistente em relação aos princípios gerais do CONTRATO e do TERMO DE REFERÊNCIA.

4.16.6 Da não exclusividade

Esta CONTRATAÇÃO é um relacionamento não exclusivo, e o CONTRATANTE não está impedido de obter serviços semelhantes ou idênticos de qualquer outro provedor. Além disso, terá o direito, a seu exclusivo critério, de contratar outro(s) prestador(es) para execução de serviços semelhantes para os quais a CONTRATADA não demonstre capacidade técnica adequada para execução e/ou estejam eventualmente fora do escopo desta contratação.

4.16.7 Dos casos omissos

Este TERMO DE REFERÊNCIA e, de forma inclusiva, seus APÊNDICES e demais documentos de apoio são parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição.

Em nenhuma hipótese as LICITANTES e/ou a futura CONTRATADA poderão alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no CONTRATO. O CONTRATANTE reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e a seus anexos.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

4.16.8 Da cooperação com a organização e com terceiros

A CONTRATADA deve reconhecer que o CONTRATANTE opera um ambiente multiprovedor e que um elemento material essencial dos serviços é sua disposição de cooperar e trabalhar com esses demais provedores selecionados a fim de fornecer serviços de qualidade e viabilidade técnica e econômica. Assim, a CONTRATADA deve cooperar plenamente com todos os Terceiros designados pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE e aos TERCEIROS por este autorizados quaisquer informações que possam ser razoavelmente exigidas e/ou necessárias para a execução dos serviços. Todas essas informações fornecidas estarão sujeitas às disposições de confidencialidade da cláusula de condições de confidencialidade e segurança das informações.

4.17 Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber;
- b) É dever da CONTRATADA observar entre outros: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
- c) A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel. Além disso, as configurações de hardware e software deverão ser realizadas visando alto desempenho com a utilização racional de energia.

4.18 Subcontratação

É admitida pela administração a SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL do OBJETO, restando claro que a Administração se exime de toda vinculação que poderá advir da relação da licitante vencedora com a empresa subcontratada em todos os aspectos cíveis, trabalhistas, criminais, danos a terceiros e outros restando claro que a responsabilidade pelos defeitos na execução ou entrega do objeto serão imputados exclusivamente a empresa licitante vencedora.

A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL do OBJETO, é admitida nas seguintes condições:

- a) É vedada a subcontratação dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 que compõe a aquisição de serviços de subscrição de licenças.
- b) A subcontratação será admitida para os itens 6 e 7 que compõe os serviços de treinamento e consultoria, e para a parcela relativa aos serviços de suporte técnico especializado.

4.19 Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

- c) receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- h) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

São obrigações do Contratado:

- a) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- h) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i) fazer a transição contratual, quando for o caso.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Da vigência contratual

O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

6.1.2 Do reajuste de preços

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

6.1.3 Do local da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, tendo como unidade gestora a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – cujo endereço de referência é Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 1º Andar, CEP 70.047-900, Brasília/DF.

6.1.4 Materiais a serem disponibilizados

O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA durante a vigência do CONTRATO e exclusivamente com a finalidade de execução do OBJETO contratado:

- a) Acesso físico às dependências relacionadas à prestação dos serviços;
- b) Acesso lógico e os respectivos privilégios adequados nos sistemas, aplicações e ferramentas necessárias a perfeita execução dos serviços, exclusivamente para os profissionais diretamente envolvidos em sua execução;
- c) Instalações e mobiliário necessários à execução dos serviços, não sendo permitido à CONTRATADA alocar nas dependências do CONTRATANTE profissionais que não atuem diretamente na execução do CONTRATO; e
- d) Acesso aos ambientes tecnológicos e soluções de software de sua propriedade necessário(a)s à execução das atividades contratadas, não desobrigando a CONTRATADA de fornecer eventuais soluções de software quando especificadas no escopo da contratação.

À CONTRATADA caberá fornecer todos os demais recursos e condições técnicas necessárias à execução dos serviços, incluindo ferramentas específicas, materiais de apoio, materiais de identificação etc.

Com relação ao uso dos recursos de impressão do CONTRATANTE, a CONTRATADA somente efetuará as impressões estritamente associadas às atividades técnicas vinculadas aos serviços demandados pelo CONTRATANTE.

Com relação ao uso de recursos de telefonia do CONTRATANTE a CONTRATADA poderá fazê-lo em atendimento à estrita necessidade do serviço, podendo o CONTRATANTE estabelecer meios de controle adequados.

Os recursos de transporte providos pelo CONTRATANTE não poderão ser utilizados pela CONTRATADA, exceto quando na companhia de servidor do CONTRATANTE para atendimento a demandas do serviço.

Com relação ao uso de recursos tecnológicos (hardware e/ou software) da CONTRATADA no ambiente do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá observar que, no caso de optar por utilizar e/ou instalar alguma solução tecnológica no ambiente para apoio à prestação de serviços, fica obrigada a solicitar a autorização prévia à implementação para que o CONTRATANTE decida a respeito da adequação e possa adotar todas as providências cabíveis à eventual implementação. A solicitação por parte da CONTRATADA deverá incluir o projeto detalhado de implementação da solução, informando sua descrição, escopo de atuação, infraestrutura necessária, documentação de licenciamento e propriedade, benefícios e vantagens, os recursos profissionais e tecnológicos envolvidos, prazos e níveis de acesso necessários.

Toda solução tecnológica instalada nas dependências do CONTRATANTE, a pedido da CONTRATADA, será de livre acesso de consulta/auditoria aos representantes indicados pelo CONTRATANTE que, ocasionalmente e quando aplicável, pode contemplar – além dos servidores da área de Tecnologia da Informação, equipe de fiscalização contratual e representantes de órgão internos/externos de controle.

Caberá à CONTRATADA toda providência junto ao fabricante/fornecedor e/ou detentor da propriedade intelectual da solução tecnológica quanto à ciência e/ou autorização (se aplicável) das condições de uso do produto nas dependências do CONTRATANTE, afastando qualquer interpretação de aquisição da solução tecnológica pelo CONTRATANTE e/ou uso não autorizado.

Com relação ao espaço físico e aos recursos tecnológicos, a CONTRATADA deve estar ciente de que os recursos fornecidos serão os mesmos disponibilizados pelo CONTRATANTE a seus colaboradores próprios e que devem ser usados durante a vigência do CONTRATO exclusivamente para a execução dos serviços contratados.

6.1.5 Do prazo de execução

O início da execução contratual somente poderá ocorrer após a apresentação da GARANTIA CONTRATUAL, dentre uma das modalidades definidas no arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e observará, as definições a seguir.

Quando não fixados detalhadamente neste TERMO DE REFERÊNCIA, os prazos de execução e/ou de realização de atividades complementares serão consignados na respectiva ORDEM DE SERVIÇO. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

os prazos serão contados em dias corridos. A interrupção na execução dos serviços por parte da CONTRATADA não interrompe a contagem dos prazos de execução contratual ou daqueles previstos nas respectivas ORDENS DE SERVIÇO, salvo por motivo formalmente justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

Descrição da fase/parcela	Duração/prazo
1. Emissão da ordem de serviço	Após assinatura do CONTRATO e apresentação da GARANTIA CONTRATUAL, a emissão da ORDEM DE SERVIÇO ocorrerá em até 5 (cinco) dias após realização da REUNIÃO INICIAL.
2. Início da execução contratual	O início da execução contratual deve ocorrer em até, no máximo, 30 (trinta) dias após recebimento da ORDEM DE SERVIÇO.
3. Implantação da solução	A implantação da solução contratada deverá ocorrer em até, no máximo, 60 (sessenta) dias após recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, considerando as respectivas etapas previstas.
4. Adaptação operacional	O período de adaptação operacional terá duração de 30 (trinta) dias e iniciar-se-á após a conclusão da fase de implantação da solução, sendo esse o prazo limite para ajustes e/ou correções necessários ao alinhamento e/ou adequação da solução em produção, visando a assegurar sua operação contínua.

6.1.6 Do encaminhamento formal de demandas

O encaminhamento formal de demandas, a cargo do Gestor do Contrato, deverá ocorrer por meio de Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens, e deverá conter, no mínimo:

- A definição e a especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos;
- O volume estimado de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos segundo as métricas definidas em contrato;
- O cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e
- A identificação dos responsáveis pela solicitação na Área Requisitante da solução.

Os prazos específicos, quando não fixados no modelo de execução ou nos requisitos específicos do ITEM DE SERVIÇO, serão consignados na respectiva ORDEM DE SERVIÇO. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão considerados horas corridas e/ou dias úteis – conforme o caso.

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá se recusar a prestar os serviços contratados, negando o recebimento ou o atendimento à ORDENS DE SERVIÇO, exceto nas situações previstas em LEI.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução dos serviços impactando os prazos, os custos ou a qualidade a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelo CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério do CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas.

6.2 Formas de transferência de conhecimento

A transferência de conhecimento deverá ser realizada observando-se as definições do Catálogo de Serviços, [Apêndice 01](#) deste Termo de Referência.

6.3 Procedimentos de transição e finalização do contrato

Ao término do CONTRATO, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover atividades de encerramento contratual, adotando um plano de transição final, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATO.

Após o término do CONTRATO, a contratada deverá retirar todo e qualquer bem de que seja proprietária e que, eventualmente, esteja alocado nas instalações do CONTRATANTE, assim como providenciar a devolução de recursos que lhe tenham sido eventualmente cedidos pelo CONTRATANTE e, quando for o caso, a desinstalação de recursos de software de sua propriedade mantidos no ambiente do CONTRATANTE.

6.4 Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no [Apêndice 06](#) deste Termo de Referência.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

6.5 Mecanismos formais de comunicação

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) E-mails e Cartas.

6.6 Formas de pagamento

Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.7 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos [Apêndices 06 e 08](#) deste Termo de Referência.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1 Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.2 Reunião Inicial

Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- a) Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- b) Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d) A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

7.3 Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.3.1 Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- a) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- b) Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- c) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- e) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.3.2 Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- a) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.3.3 Gestor do Contrato

O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento de atendimento de níveis de serviços, visando garantir a produtividade e qualidade de entrega de serviços, conforme previsto no Apêndice 03 – Níveis Mínimos de Serviço e Controle de Qualidade e Inconformidades dos Serviços e Documento de Apoio Suplemento Técnico – Catálogo de Serviços, deste Termo de Referência.

Os NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (ou NÍVEIS DE SERVIÇO) definem critérios objetivos e mensuráveis cuja finalidade é aferir e avaliar os resultados dos serviços contratados e o desempenho da CONTRATADA., conforme apresentado mais adiante. Neles encontram-se definidos: a maneira pela qual estes fatores serão avaliados; o nível mínimo aceitável; e os descontos a serem aplicados na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível esperado.

Os NÍVEIS DE SERVIÇOS devem ser considerados e entendidos pelas CONTRATADA como um compromisso e comprometimento de qualidade que está assumindo para a prestação dos serviços. Portanto, no decorrer da execução contratual a CONTRATADA deverá monitorar continuamente seus indicadores, zelando pela qualidade dos serviços e pela efetiva entrega de resultados.

Na medição dos valores para faturamento será apurado o afastamento dos indicadores de medição de resultado em relação às metas estabelecidas. Nos casos em que o afastamento apontar o desempenho abaixo da meta exigida será calculado o valor do ajuste (desconto/glosa) a ser aplicado sobre o faturamento – de acordo com os critérios fixados para cada INDICADOR. Não há previsão de pagamentos adicionais para superação de metas.

Eventualmente poderão existir impedimentos técnicos para o atendimento dos prazos previamente estabelecidos para uma demanda ou indicador. Nesses casos, a CONTRATADA deverá notificar formalmente o CONTRATANTE – ficando a critério exclusivo deste último avaliar os impedimentos, assim como acatar ou rejeitar as justificativas apresentadas

Considerando esses aspectos, as métricas de faturamento e o modelo de faturamento é definido da seguinte forma, por item da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	MÉTRICA	MODELO DE FATURAMENTO	NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (NMS)
1	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium	Subscrição	Parcela unitária anual	Conforme APÊNDICE 03
2	Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)	Subscrição	Parcela unitária anual	Conforme APÊNDICE 03
3	Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	Subscrição	Parcela unitária anual	Conforme APÊNDICE 03
4	Red Hat OpenShift Platform Plus with Integration, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	Subscrição	Parcela unitária anual	Conforme APÊNDICE 03
5	Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)	Subscrição	Parcela unitária anual	Conforme APÊNDICE 03
6	Unidades de Treinamento (UT) - Créditos Educacionais Oficiais do Fabricante RED HAT	Unidade	Sob demanda, postecipado, mediante requisição em Ordem de Serviço	Conforme APÊNDICE 03
7	Consultoria Especializada Red Hat – Consultor	Hora	Sob demanda, postecipado, mediante requisição em Ordem de Serviço	Conforme Documento de Apoio SUPLEMENTO TÉCNICO – CATÁLOGO DE SERVIÇOS

Considerando o princípio da finalidade, caso sejam verificadas incompatibilidades e/ou inconsistências, o CONTRATANTE poderá revisar fórmulas e parâmetros de cálculo de quaisquer dos indicadores de níveis mínimos de serviço previstos na presente contratação com o objetivo de lhe assegurar a aderência destes à essência do que se busca efetivamente aferir.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados;
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização dos Níveis Mínimos de Serviço e Controle de Qualidade e Inconformidades dos Serviços e Documento de Apoio Suplemento Técnico, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) **Completude, Consistência e Forma:** serão considerados incompletos os serviços, produtos e/ou artefatos entregues sem que todos os elementos requeridos estejam presentes. Serão considerados inconsistentes os serviços, produtos e/ou artefatos entregues com não conformidades que impeçam o seu uso. São exemplos de não conformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do software, bem como inadequações na documentação de natureza funcional. Serão considerados desformatados os serviços, produtos e/ou artefatos entregues com não conformidades relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos de documentos definidos pelo CONTRATANTE, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do artefato ou produto;
- b) **Qualidade:** as entregas de serviço serão avaliadas com base em sua conformidade com os níveis mínimos de serviço estabelecidos. Entregas que não atingirem o nível mínimo de qualidade poderão ser integrais ou parcialmente rejeitadas ou, ainda, ser aceitas com restrições e/ou mediante aplicação de glosa – de acordo com os critérios específicos de cada item; e
- c) **Desempenho e Produtividade:** as entregas de serviços serão avaliadas com base na expectativa de desempenho mínimo definida. Entregas que não atingirem o nível mínimo de desempenho poderão ser integrais ou parcialmente rejeitadas ou, ainda, ser aceitas com restrições e/ou mediante aplicação de glosa – de acordo com os critérios específicos de serviço.

8.1 Do Recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

- a) O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- a) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2 Procedimentos de Teste e Inspeção

Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins da avaliação do cumprimento das exigências de caráter técnico nos termos da alínea a do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e para fins da avaliação da conformidade do material com as exigências contratuais, nos termos da alínea a do inciso II do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Quando não listados nesse Termo de Referência e/ou em seus Anexos, os procedimentos de testes e inspeções estarão descritos nas metodologias técnicas associadas a cada item do objeto.

8.3 Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Gradação de correspondência para aplicação da sanção de multa		
Grau	Correspondência	Nível
1	Multa de 0,50% sobre o valor da parcela inadimplida	BAIXO
2	Multa de 1,00% sobre o valor da parcela inadimplida	MÉDIO
3	Multa de 2,50% sobre o valor da parcela inadimplida	ALTO
4	Multa de 5,00% sobre o valor da parcela inadimplida	GRAVE

Dentre as demais previsões contidas na legislação aplicável, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação da multa de acordo com os níveis de gradação definidos, quando for observada a ocorrência das seguintes infrações, sendo que penalidades decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si:

Id	Descrição das intercorrências de infração contratual	Métrica	Grau
IIC-01	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários, caso previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	1

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Id	Descrição das intercorrências de infração contratual	Métrica	Grau
IIC-02	Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato E/OU atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	1
IIC-03	Deixar de cumprir os requisitos legais, sociais e ambientais relacionados ao objeto contratado, conforme previsto nos requisitos da contratação E/OU deixar de cumprir qualquer outra obrigação contratual explícita ou derivada E/OU deixar de atender a qualquer outro requisito específico dos serviços contratados (explícitos ou derivados).	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-04	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada E/OU recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária, quando solicitado.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-05	Executar, durante a vigência contratual, serviço incompleto ou paliativo como por permanente E/OU deixar de realizar a complementação de serviço em razão de incompletude E/OU situação correlata.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-06	Permitir que seus funcionários realizem atividades sem a identificação obrigatória ou sem a utilização de EPI - Equipamento de Proteção Individual (quando o uso de tais equipamentos for necessário) E/OU permitir situação que crie possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais E/OU não instalar EPC (Equipamento de Proteção Coletiva), quando necessário.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-07	Utilizar as dependências ou os recursos do CONTRATANTE para fins estranhos à execução do objeto do CONTRATO E/OU executar o objeto em desacordo com as instruções e normas internas do CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-08	Deixar de cumprir determinação ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do CONTRATO.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-09	Deixar de cumprir horários relacionados à prestação dos serviços E/OU deixar de cumprir critérios de disponibilidade E/OU deixar de cumprir requisitos de cobertura ou quaisquer outros requisitos obrigatórios dos serviços contratados, conforme estabelecido em CONTRATO ou determinado, por escrito, pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-10	Recusar-se a entregar ao CONTRATANTE qualquer documentação amparada pelo objeto do CONTRATO ou prevista nas obrigações da CONTRATADA, ou entregá-la com de forma incompleta ou com atraso E/OU fornecer propositalmente, durante a execução contratual, informação incorreta, incompleta ou falsa.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-11	Recusar-se a executar serviço amparado pelo objeto do CONTRATO E/OU recusar-se a corrigir erros ou falhas na execução dos serviços contratados, incluindo o cumprimento da garantia técnica.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-12	Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que não atenda aos requisitos mínimos exigidos para o respectivo perfil profissional E/OU deixar de efetuar sua substituição após notificação pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-13	Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que imprima conduta inconveniente, incompatível com suas atribuições, em desacordo às normas legais e/ou descordo às normas internas estabelecidas pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-14	Agir com dolo ou má-fé durante a execução contratual perante os compromissos assumidos contratualmente E/OU praticar atos de má-fé ciente das consequências que possam vir a ocorrer E/OU praticar de modo a beneficiar-se indevidamente dos resultados.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-15	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Id	Descrição das intercorrências de infração contratual	Métrica	Grau
IIC-16	Descumprir reiteradamente critérios de qualidade e/ou níveis mínimos de serviço exigidos, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado, resultando na indisponibilidade dos serviços contratados e/ou no comprometimento dos benefícios e funcionalidades da contratação.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-17	Destruir ou danificar equipamentos ou documentos de propriedade do CONTRATANTE E/OU expor o ambiente tecnológico do CONTRATANTE a riscos de Segurança da Informação, por culpa ou dolo de seus agentes.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-18	Manipular, por quaisquer meios ou estratégias, indicadores de níveis de serviço e/ou relatórios de serviço e/ou bases de dados das ferramentas gerenciais de modo a alterar e/ou interferir indevidamente nos resultados dos serviços prestados e/ou nas avaliações de qualidade e/ou nos indicadores de níveis de serviço.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-19	Recusar, suspender ou interromper a prestação dos serviços contratados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-20	Recusar, suspender, interromper ou retardar a apresentação da equipe e/ou de perfis profissionais exigidos para execução contratual e/ou autorizar a atuação de perfis na execução contratual sem prévia aprovação do Contratante.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4

Ao exceder o limite máximo admitido de infrações durante a vigência contratual OU mediante o reiterado descumprimento de critérios de qualidade e/ou níveis mínimos de serviço exigidos OU diante da reiterada aplicação de sanções contratuais, a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE deverá avaliar a possibilidade de promover a rescisão do CONTRATO em função da INEXECUÇÃO TOTAL ou PARCIAL do OBJETO, da perda de suas funcionalidades e da comprovada desconformidade com os critérios mínimos de qualidade exigidos – ressalvada a aplicação adicional de outras sanções administrativas cabíveis, respeitados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa e do contraditório.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

- a) não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4.1 Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de compensação financeira de correção monetária.

8.4.2 Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5 Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

- a) As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 Regime de execução

O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

9.3 Da Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

Nos termos da legislação vigente, conforme previsão em Edital, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

9.4 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

9.4.1 Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.3 Qualificação Econômica – Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5 Qualificação Técnica

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- a) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de subscrições Red Hat Enterprise Linux e Red Hat Jboss Enterprise, com bom desempenho pela avaliação do cliente.

Além disso, a preponente deverá apresentar:

- a) Certificado ou Declaração formal do fabricante Red Hat do Brasil, comprovando que está autorizada a comercializar seus produtos.
- b) Declaração que comprove experiência na implantação da solução.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço da contratação foi elaborada com base nas definições da Instrução Normativa SEGES nº 65, de 7 de julho de 2021, e nas disposições aplicáveis às soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação contidas na Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

O custo estimado da contratação é de **R\$16.345.413,80** (dezesesseis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e treze reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	Partnumber / SKU	CATSER CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS (EM REAIS / POR ITEM)	
							UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	1	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium	RH00006	27502	Subscrição	48	R\$27.939,05	R\$1.341.074,40
	2	Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)	MW00275	27502	Subscrição	10	R\$71.379,84	R\$713.798,40

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	Partnumber / SKU	CATSER CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS (EM REAIS / POR ITEM)	
							UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
	3	Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01621	27502	Subscrição	64	R\$39.340,41	R\$2.517.786,06
	4	Red Hat OpenShift Platform Plus with Integration, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01802	27502	Subscrição	68	R\$84.098,96	R\$5.718.729,05
	5	Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)	MCT3694	27502	Subscrição	2	R\$104.095,60	R\$208.191,20
	6	Unidades de Treinamento (UT) - Créditos Educacionais Oficiais do Fabricante RED HAT	MCT0032US	27332	Unidade	80	R\$1.919,84	R\$153.587,20
	7	Consultoria Especializada Red Hat - Consultor	GPS-C	27332	Hora	9.176	R\$620,34	R\$5.692.247,49
VALOR GLOBAL ESTIMADO:							R\$16.345.413,80 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e treze reais e oitenta centavos).	

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 0001 – Administração da Tecnologia da Informação e de Comunicação
- II. Fonte de Recursos: 100/144
- III. Programa de Trabalho: 12.122.2109.2000.0053
- IV. Elemento de Despesa: 33.90.40-07
- V. Plano Interno: VKK01N0100N

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.1 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	NATUREZA	EXERCÍCIO	VALOR PLANEJADO
1	CUSTEIO	2023	R\$1.341.074,40
2	CUSTEIO	2023	R\$713.798,40
3	CUSTEIO	2023	R\$2.517.786,06
4	CUSTEIO	2023	R\$5.718.729,05
5	CUSTEIO	2023	R\$208.191,20
6	CUSTEIO	2023	R\$89.592,53
6	CUSTEIO	2024	R\$ 63.994,67
7	CUSTEIO	2023	R\$3.320.477,70
7	CUSTEIO	2024	R\$ 2.371.769,79
VALOR GLOBAL ANUAL PREVISTO:		2023	R\$13.909.649,34
		2024	R\$ 2.435.764,46
VALOR GLOBAL TOTAL:			R\$ 16.345.413,80 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e treze reais e oitenta centavos).

12 APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº44, de 09 de maio de 2023 (SEI nº 4009205), publicada no Boletim de Serviço nº 19 Suplemento B (SEI nº 4018445).

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Certificamos, ainda, que as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência atendem às premissas contidas no art. 16 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

Conforme o § 6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

Brasília/DF, 5 de julho de 2023.		
INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE TÉCNICO)	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Ulysses da Rocha Rezende SIAPE nº *****25	Bruno Correa Miranda SIAPE nº *****01	Esrom Gonçalves Rodrigues SIAPE nº *****43
AUTORIDADE DE TIC		
Aprovo, o Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.		
FÁBIO CAMPELO SANTOS DA FONSECA RIBEIRO Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação		

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 01 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO**ITEM 01: Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium**

Descrição	Solução de Sistema Operacional baseado em Linux para ambientes virtualizados que permite a implantação de máquinas virtuais ilimitadas em hipervisores suportados, como Virtualização openshift, Virtualização do Chapéu Vermelho, VMware e Microsoft HyperV. Esta solução também contempla o produto Red Hat Smart Management, que combina os recursos de gerenciamento de infraestrutura do Red Hat Satellite à habilidade de executar planos de remediação do Red Hat Insights. Ele auxilia no gerenciamento seguro de qualquer ambiente compatível com o Red Hat Enterprise Linux, de máquinas físicas a multiclouds híbridas.			
Detalhes da Solução	<p>A solução contempla os seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <u>Red Hat Enterprise Linux</u>: plataforma empresarial Linux líder no mundo, certificada em diversos provedores de nuvens e compatível com a grande maioria dos fornecedores de hardware e software. <u>Red Hat Insights</u>: viabiliza a análise de como é a execução do Red Hat Enterprise Linux tanto na nuvem híbrida como em infraestruturas locais. O Red Hat Insights facilita a identificação, priorização e resolução de vulnerabilidades e riscos operacionais antes mesmo deles afetarem as operações comerciais. <u>Red Hat Satellite</u>: solução de gerenciamento de infraestrutura desenvolvida especificamente para manter ambientes Red Hat Enterprise Linux e outros componentes da infraestrutura Red Hat funcionando de forma eficiente e segura, em conformidade com diversos padrões. 			
Código Material Serviço	CATSER	27502	Descrição do CATSER	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software.
Identificação de referência	Categoria	Sistema Operacional	Partnumber (SKU)	RH00006
Licenciamento e Suporte	Modelo de Licenciamento	Subscrição	Prazo de vigência	12 meses
Categoria de Suporte Técnico	Modalidade de suporte	Premium (acesso 24 horas a engenheiros de suporte para a solução de problemas de alta gravidade)	Horário de Cobertura	Severidade 1 e 2 = 24x7 Severidade 3 e 4 = 8x5
Níveis Mínimos de Serviços	Resposta inicial	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 2 horas (corridas); Severidade 3 = 4 horas (úteis); Severidade 4 = 8 horas (úteis);	Resposta contínua	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 4 horas (corridas); Severidade 3 = 8 horas (úteis); Severidade 4 = 2 dias (úteis);
Volumetria	Unidade de medida	Subscrição (por processador físico)	Quantidade	48

ITEM 02: Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)

Descrição	A solução faz parte do portfólio do Red Hat Application Services. Trata-se de um conjunto de soluções, ferramentas e componentes para desenvolvimento e manutenção de aplicações nativas em nuvem. Ele oferece ambientes de execução e frameworks leves (como o Quarkus) para arquiteturas em nuvem altamente distribuídas, como as baseadas em micros serviços.			
Detalhes da Solução	<p>O Red Hat Runtimes é portfólio de soluções de middleware que possibilita criar um ambiente unificado para desenvolvimento, entrega, integração e automação de aplicações. A solução é composta de diversos frameworks, soluções de integração, automação de processos, ambientes de execução e linguagens de programação, contemplando os seguintes produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <u>Red Hat JBoss Enterprise Application Platform (EAP)</u>: é um ambiente de execução de aplicações open source, baseado em Jakarta EE e líder do setor. Ele é usado na criação, implantação e execução de aplicações e serviços Java altamente transacionais. <u>Conjunto de ambientes de execução nativos em nuvem</u>: frameworks e linguagens que possibilitam aos desenvolvedores e arquitetos escolher a ferramenta ideal para cada tarefa. Compatíveis com Quarkus, Spring Boot, Vert.x, Node.js e Thorntail. <u>Versão do Quarkus da Red Hat</u>: um framework Java™ nativo em Kubernetes para microserviços e implantação sem servidor. <u>Versão do OpenJDK da Red Hat</u>: Uma implantação gratuita e open source do Java™ Platform Standard Edition (Java SE). <u>Red Hat Data Grid</u>: Permite acessar, processar e analisar dados com velocidade de memória para oferecer uma experiência de usuário aprimorada. <u>Red Hat AMQ (broker)</u>: Um broker de mensagens multiprotocolo totalmente em Java™. <u>Kit de ferramentas de migração para aplicações</u>: Conjunto de ferramentas para realizar a containerização, migração e modernização de aplicações em grande escala. <u>Single sign-on (login único)</u>: Permite que desenvolvedores ofereçam funcionalidades de single sign-on na web baseadas em padrões do setor para segurança corporativa. <u>Launcher service</u>: Permite criar e implantar uma nova aplicação em poucos minutos. Este serviço cria o scaffold de aplicações para que você possa se concentrar em criar a lógica do negócio e gerar mais valor. <u>Red Hat JBoss Web Server</u>: o Red Hat JBoss Web Server é um container Tomcat incorporado para uso com aplicações Spring Boot. 			
Código Material Serviço	CATSER	27502	Descrição do CATSER	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Identificação de referência	Categoria	Plataforma Middleware	Partnumber (SKU)	MW00275
Licenciamento e Suporte	Modelo de Licenciamento	Subscrição	Prazo de vigência	12 meses
Categoria de Suporte Técnico	Modalidade de suporte	Premium (acesso 24 horas a engenheiros de suporte para a solução de problemas de alta gravidade)	Horário de Cobertura	Severidade 1 e 2 = 24x7 Severidade 3 e 4 = 8x5
Níveis Mínimos de Serviços	Resposta inicial	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 2 horas (corridas); Severidade 3 = 4 horas (úteis); Severidade 4 = 8 horas (úteis).	Resposta contínua	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 4 horas (corridas); Severidade 3 = 8 horas (úteis); Severidade 4 = 2 dias (úteis).
Volumetria	Unidade de medida	Subscrição (a cada 16 Cores ou 32 vCPUs)	Quantidade	10

ITEM 03: Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)

Descrição	Plataforma de nuvem híbrida única para criação, implantação, execução e gerenciamento de aplicações. Trata-se de uma plataforma única de nuvem híbrida que oferece segurança multicluster, conformidade, gerenciamento de dados e aplicações que funcionam em diversas infraestruturas para oferecer consistência em toda a cadeia de suprimentos do software. A solução tem como base os recursos do Red Hat OpenShift, plataforma empresarial Kubernetes líder de mercado. Esta solução viabiliza a segurança para aplicações, durante todo o ciclo de vida do software e em diversos clusters.			
Detalhes da Solução	<p>O pacote <u>OpenShift Platform Plus</u> contempla os seguintes produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Red Hat OpenShift Container Platform</u>: um conjunto completo de serviços que ajuda os desenvolvedores a codificar aplicações com velocidade, oferecendo flexibilidade e eficiência para as equipes de operações de TI. • <u>Red Hat Advanced Cluster Security for Kubernetes</u>: uma solução que oferece segurança nativa do Kubernetes para aumentar a segurança da infraestrutura e das cargas de trabalho durante todo o ciclo de vida da aplicação. • <u>Red Hat Advanced Cluster Management for Kubernetes</u>: para visibilidade estendida de todo o seu sistema Kubernetes, com governança integrada e recursos de gerenciamento do ciclo de vida da aplicação. • <u>Red Hat OpenShift Data Foundation Essentials</u>: oferece uma camada escalável de serviços de armazenamento e dados que gera eficiência, resiliência e segurança de dados para ambientes Red Hat OpenShift. • <u>Red Hat Quay</u>: uma plataforma de registro open source para gerenciamento de conteúdo em ambientes globais de nuvem e datacenter, com foco em ambientes e modelos de desenvolvimento nativos em nuvem e DevSecOps. 			
Código Material Serviço	CATSER	27502	Descrição do CATSER	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software.
Identificação de referência	Categoria	Plataforma OpenShift	Partnumber (SKU)	MW01621
Licenciamento e Suporte	Modelo de Licenciamento	Subscrição	Prazo de vigência	12 meses
Categoria de Suporte Técnico	Modalidade de suporte	Premium (acesso 24 horas a engenheiros de suporte para a solução de problemas de alta gravidade)	Horário de Cobertura	Severidade 1 e 2 = 24x7 Severidade 3 e 4 = 8x5
Níveis Mínimos de Serviços	Resposta inicial	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 2 horas (corridas); Severidade 3 = 4 horas (úteis); Severidade 4 = 8 horas (úteis);	Resposta contínua	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 4 horas (corridas); Severidade 3 = 8 horas (úteis); Severidade 4 = 2 dias (úteis);
Volumetria	Unidade de medida	Subscrição (a cada 2 Cores ou 4 vCPUs)	Quantidade	64

ITEM 04: Red Hat OpenShift Platform Plus with Integration, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)

Descrição	Plataforma de nuvem híbrida única para criação, implantação, execução e gerenciamento de aplicações. Trata-se de uma plataforma única de nuvem híbrida que oferece segurança multicluster, conformidade, gerenciamento de dados e aplicações que funcionam em diversas infraestruturas para oferecer consistência em toda a cadeia de suprimentos do software. A solução tem como base os recursos do Red Hat OpenShift, plataforma empresarial Kubernetes líder de mercado. Esta solução viabiliza a segurança para aplicações, durante todo o ciclo de vida do software e em diversos clusters.			
-----------	---	--	--	--

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

Detalhes da Solução	<p>O pacote OpenShift Platform Plus contempla os seguintes produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Red Hat OpenShift Container Platform: um conjunto completo de serviços que ajuda os desenvolvedores a codificar aplicações com velocidade, oferecendo flexibilidade e eficiência para as equipes de operações de TI. Red Hat Advanced Cluster Security for Kubernetes: uma solução que oferece segurança nativa do Kubernetes para aumentar a segurança da infraestrutura e das cargas de trabalho durante todo o ciclo de vida da aplicação. Red Hat Advanced Cluster Management for Kubernetes: para visibilidade estendida de todo o seu sistema Kubernetes, com governança integrada e recursos de gerenciamento do ciclo de vida da aplicação. Red Hat OpenShift Data Foundation Essentials: oferece uma camada escalável de serviços de armazenamento e dados que gera eficiência, resiliência e segurança de dados para ambientes Red Hat OpenShift. Red Hat Quay: uma plataforma de registro open source para gerenciamento de conteúdo em ambientes globais de nuvem e datacenter, com foco em ambientes e modelos de desenvolvimento nativos em nuvem e DevSecOps. Red Hat Fuse: Uma plataforma de integração distribuída e nativa da nuvem baseada em comunidades de código aberto que permite que as equipes implantem serviços integrados quando necessário. Red Hat 3Scale API Management: Red Hat 3scale é uma plataforma de gerenciamento de APIs que ajuda a expor, gerenciar e monetizar seus serviços de API de forma segura e escalável. Fornece recursos de análise para que possam acompanhar o uso de suas APIs e obter insights valiosos sobre como os usuários estão interagindo com seus serviços. Red Hat AMQ: Uma plataforma de mensagens flexível que fornece informações de forma confiável, permitindo a integração em tempo real. Red Hat Runtimes: O Red Hat Runtimes é um conjunto de plataformas que permite aos desenvolvedores criar, implementar e gerenciar aplicativos em contêineres e ambientes em nuvem. O Red Hat Runtimes inclui várias tecnologias, como o OpenJDK, Node.js, .NET e Quarkus, que fornecem suporte para várias linguagens de programação, incluindo Java, JavaScript, C# e Kotlin. Também fornece uma variedade de ferramentas e recursos para os desenvolvedores aumentarem a produtividade e melhorarem o desempenho de seus aplicativos. Isso inclui ferramentas de monitoramento, depuração e análise de desempenho, bem como recursos para garantir a segurança e a confiabilidade dos aplicativos. 			
Código Material Serviço	CATSER	27502	Descrição do CATSER	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software.
Identificação de referência	Categoria	Plataforma OpenShift	Partnumber (SKU)	MW01802
Licenciamento e Suporte	Modelo de Licenciamento	Subscrição	Prazo de vigência	12 meses
Categoria de Suporte Técnico	Modalidade de suporte	Premium (acesso 24 horas a engenheiros de suporte para a solução de problemas de alta gravidade)	Horário de Cobertura	Severidade 1 e 2 = 24x7 Severidade 3 e 4 = 8x5
Níveis Mínimos de Serviços	Resposta inicial	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 2 horas (corridas); Severidade 3 = 4 horas (úteis); Severidade 4 = 8 horas (úteis);	Resposta contínua	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 4 horas (corridas); Severidade 3 = 8 horas (úteis); Severidade 4 = 2 dias (úteis);
Volumetria	Unidade de medida	Subscrição (a cada 2 Cores ou 4 vCPUs)	Quantidade	68

ITEM 05: Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)

Descrição	Solução de automação de TI corporativa que inclui recursos para construir, implantar e gerenciar automação de ponta a ponta em escala, sem necessidade de agentes. Trata-se de solução que permite execução remota, gerenciamento de estado desejado e automação do gerenciamento de configuração.
Detalhes da Solução	<p>A solução Ansible Automation Platform contempla os seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ansible Core: software para automação de TI, que permite gerenciar configurações, implantações e orquestração de tarefas em vários servidores. Automation Controller: componente para gerenciamento centralizado de automação e orquestração de TI. Fornece recursos como controle de acesso, auditoria, agendamento de tarefas, monitoramento e relatórios. Ambientes de execução de automação: São os locais onde as tarefas de automação são executadas, como servidores físicos, máquinas virtuais, contêineres, nuvem pública ou privada. Automation Mesh: abordagem para automação distribuída, na qual vários agentes de automação (como o Ansible) são implantados em diferentes ambientes de execução de automação e coordenados por um controlador central. Permite a automação em grande escala e em diferentes ambientes. Ansible Content Collections: pacotes independentes de conteúdo que podem ser baixados e usados para automatizar tarefas específicas. Cada coleção inclui módulos, plugins, papéis e outros artefatos necessários para a automação. Automation Hub: repositório de conteúdo de automação, que inclui coleções do Ansible e outros recursos de automação. Os usuários podem pesquisar, baixar e compartilhar coleções de automação. Ansible content tools: ferramentas que ajudam a criar, testar e empacotar conteúdo de automação para distribuição. Inclui ferramentas como o Ansible Lint, Molecule e Galaxy. Automation analytics and Red Hat Insights for Ansible Automation Platform: fornece recursos de análise de dados e monitoramento para a plataforma de automação do Ansible, que permitem identificar problemas de desempenho, falhas de configuração e outras questões

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

	relacionadas à automação. O Red Hat Insights é uma solução de análise de dados baseada em nuvem, que ajuda a prevenir problemas de infraestrutura antes que eles ocorram.			
Código Material Serviço	CATSER	27502	Descrição do CATSER	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software.
Identificação de referência	Categoria	Plataforma Automação	Partnumber (SKU)	MCT3694
Licenciamento e Suporte	Modelo de Licenciamento	Subscrição	Prazo de vigência	12 meses
Categoria de Suporte Técnico	Modalidade de suporte	Premium	Horário de Cobertura	Severidade 1 e 2 = 24x7 Severidade 3 e 4 = 8x5
Níveis Mínimos de Serviços	Resposta inicial	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 2 horas (corridas); Severidade 3 = 4 horas (úteis); Severidade 4 = 8 horas (úteis);	Resposta contínua	Severidade 1 = 1 hora (corrida); Severidade 2 = 4 horas (corridas); Severidade 3 = 8 horas (úteis); Severidade 4 = 2 dias (úteis);
Volumetria	Unidade de medida	Subscrição (a cada 100 servidores)	Quantidade	2

ITEM 06: Unidades de Treinamento (UT) - Créditos Educacionais Oficiais do Fabricante RED HAT

Descrição	Unidades de Treinamento ou UT, que equivalem à taxa diária de um assento em um curso padrão, disponível no catálogo público brasileiro do fabricante, e conduzido por instrutor certificado ou a uma prova de certificação disponível no catálogo público brasileiro do fabricante.			
Detalhes da Solução	<p>As Unidades de treinamento poderão ser convertidas em treinamentos que constam no catálogo público brasileiro do fabricante, cursos online e/ou certificações oficiais.</p> <p>A quantidade de Unidades de Treinamento (UT) será definida pelo padrão comercializado pelo fabricante disponível no link abaixo: iLearning PLUS - Navegar no catálogo (redhat.com).</p> <p>Para exemplificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> A realização de uma capacitação tradicional de 4 dias, em calendário aberto, necessitaria de 4UT's (Unidades de Treinamento) por aluno; A realização de uma capacitação imersiva com turma fechada, como o TL 500 (Red Hat Training: DevOps Culture and Practice Enablement OnSite) com duração de 5 dias e capacidade máxima de 24 alunos por turma, teria um consumo de 165 UT's (Unidades de Treinamento) para a turma <p>Para a realização de turmas exclusivas para a Contratante, a quantidade de Unidades de Treinamento (UT) por turma será acordada entre a Contratada e a Contratante;</p> <p>Os treinamentos serão prestados conforme a necessidade e solicitação da CONTRATANTE mediante Ordem de Serviço, com o quantitativo de Unidade de Treinamento (UT) necessários;</p> <ul style="list-style-type: none"> Cada treinamento deverá seguir as cargas horárias, conteúdos programáticos, bem como os quesitos técnicos definidos pelo fabricante. 			
Requisitos dos profissionais	<p>Os profissionais envolvidos na execução desse serviço devem atender aos seguintes requisitos de qualificação profissional:</p> <ol style="list-style-type: none"> Certificação oficial que comprove a proficiência na respectiva solução correlata ao serviço demandado; Experiência profissional em prestações de serviços correlatos ao serviço demandado. <p>Em caso de ausências por doença/licença médica, férias, treinamentos ou faltas por motivos de força maior, a CONTRATADA deverá alocar um novo recurso de mesma competência, perfil e nível de certificação, a fim de não interromper as atividades em andamento e garantir o apoio contínuo.</p>			
Código Material Serviço	CATSER	3840	Descrição do CATSER	Treinamento informática - sistema / software
Identificação de referência	Categoria	Treinamento	Partnumber (SKU)	MCT0032US
Licenciamento e Suporte	Modelo de Licenciamento	N/A	Prazo de vigência	12 meses
Volumetria	Unidade de medida	Turma (até 12 alunos) ou conforme requisitos do treinamento escolhido	Quantidade	80

ITEM 07: Consultoria Especializada Red Hat - Consultor

Descrição	Serviços de consultoria técnica especializada do fabricante, que oferece uma gama de serviços para extrair todo o potencial das soluções Red Hat, desde a instalação e configuração até a solução de problemas e suporte. Quando a organização necessite de apoio especializado para criar			
-----------	--	--	--	--

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

	aplicações aprimoradas, abandonar as plataformas legadas, solucionar outros desafios de TIC, melhorar a infraestrutura ou otimizar a arquitetura TIC e a entrega, este serviço propõe encontrar soluções para atendimento das necessidades de negócio.			
Detalhes da Solução	<p>Este serviço pode apoiar na execução de projetos que exijam profissionais especializados nos produtos Red Hat, para execução de atividades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modernização das plataformas preexistentes; • Avaliar e implementar as soluções de nuvem híbrida, para agilize a entrega e melhorar a eficiência com redução de custos; • Gerenciamento de apps nativos em nuvem; • Orientar equipes para modernizar e simplificar o desenvolvimento de apps nativos em nuvem com containers; • Adoção da automação, com criação de fluxos de trabalho de automação previsíveis e governados em toda a organização; • Adoção de estratégia para migração das cargas de trabalho. <p>Em complemento, o Catálogo de Serviços de Consultoria Especializada (Documento de Apoio Suplemento Técnico), detalha as atividades a serem executadas via Ordens de Serviços específicas.</p>			
Requisitos dos profissionais	Os requisitos dos profissionais envolvidos na execução das atividades de consultoria especializada estão definidos no Catálogo de Serviços de Consultoria Especializada (Documento de Apoio Suplemento Técnico) .			
Código Material Serviço	CATSER	27332	Descrição do CATSER	Serviços de consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
Identificação de referência	Categoria	Consultoria Técnica	Partnumber (SKU)	GPS-C
Licenciamento e Suporte	Modelo de Licenciamento	Não se aplica	Prazo de vigência	12 meses
Volumetria	Unidade de medida	Hora	Quantidade	9.176

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: 29/05/2023

Termo de Referência modelo para Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 02 DEFINIÇÕES DO NÍVEL DE SEVERIDADE PARA SUPORTE TÉCNICO

Severidade	Situações aplicáveis
1 - Urgente	<p>Problema que afeta gravemente a utilização de software em um ambiente de produção, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • perda ou risco de perda de dados de produção; ou • sistemas em ambiente de produção não estão funcionando; ou • interrupção das operações, sem procedimentos para soluções; ou • falha que compromete a integridade geral do sistema ou dos dados; ou • falha grave de segurança detectada, com risco de invasão, sequestro, ou outra forma de ataque ao ambiente.
2 - Alta	<p>Situação na qual o software funciona, mas a utilização em um ambiente de produção está gravemente reduzida. A situação está causando um grande impacto em partes das operações e não há procedimentos para soluções, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • problema no qual um recurso importante foi gravemente danificado; ou • as operações podem continuar de forma limitada, embora a produtividade em longo prazo possa ser afetada negativamente; ou • indisponibilidade do ambiente de <i>stage</i> (não-produção).
3 - Média	<p>Problema que envolve perda parcial e não crítica na utilização do software em um ambiente de produção ou ambiente de desenvolvimento. Para ambientes de produção, há um impacto baixo ou médio em seus negócios, mas eles continuam a funcionar, incluindo pela utilização de um procedimento para solução. Para ambientes de desenvolvimento, quando a situação está causando a descontinuação de seu projeto ou migração para produção.</p>
4 - Baixa	<p>Uma pergunta de utilidade geral, relato de erro de documentação ou recomendação de aprimoramento ou modificação de um produto futuro. Para ambientes de produção, impacto pequeno ou nenhum impacto em seus negócios ou no desempenho ou na funcionalidade de seu sistema. Para ambientes de desenvolvimento, há um impacto baixo ou médio em seus negócios, mas eles continuam a funcionar, incluindo a utilização de um procedimento para solução.</p>

APÊNDICE 03 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO E CONTROLE DE QUALIDADE E INCONFORMIDADES DOS SERVIÇOS

INS-1: ÍNDICE DE OCORRÊNCIA DE DESCONFORMIDADES TÉCNICAS				
OBJETIVO	Assegurar a necessária qualidade dos serviços executados através da averiguação de ocorrências de desconformidade técnica em relação aos padrões, exigências e demais requisitos estabelecidos para os serviços.			
APLICABILIDADE	Aplicável a todos os serviços demandados, incluindo os tickets abertos junto ao suporte técnico oficial do fabricante			
FONTE	As informações para verificação do nível de serviço serão extraídas do sistema de gerenciamento de serviços e/ou da ferramenta de gestão de demandas e/ou de outro meio hábil definido.			
ID	Descrição do item a ser aferido	Referência	Está relacionado à sistema crítico?	% desconto contratual ¹
INS-1.1	Causar a perda ou alteração indevida de dados.	Por ocorrência	Não	5%
			Sim	10%
INS-1.2	Causar impacto negativo nos serviços de TIC por: inobservância às melhores práticas, às recomendações, aos normativos, aos padrões ou aos procedimentos estabelecidos; ou erros operacionais; ou incapacidade técnica; ou falta de testes, de monitoramento, de atuação preventiva, de ajustes finos (<i>tunning</i>) ou de comunicação quanto aos riscos e vulnerabilidade.	Por ocorrência	Não	1%
			Sim	5%
INS-1.3	Deixar de executar ou suspender indevidamente as atividades demandadas, rotineiras ou preventivas, previstas: no termo de referência e seus apêndices; nas recomendações de melhores práticas; nos normativos; nos padrões; ou nos procedimentos estabelecidos.	Por ocorrência	Não	1%
			Sim	5%
INS-1.4	Executar atividade contendo erros de execução ou em desobediência aos normativos, padrões ou procedimentos estabelecidos.	Por ocorrência	Não	1%
			Sim	5%
INS-1.5	Finalizar atendimento que não tenha atingido os objetivos solicitados, sem determinar sua ação apropriada ou sem dar tratamento adequado.	Por ocorrência	Não	1%
			Sim	5%
INS-1.6	Deixar de cumprir requisito de qualificação técnica dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.	Por requisito	N/A	1%
INS-1.7	Deixar de cumprir qualquer outro requisito previsto no termo de referência e seus apêndices.	Por requisito	N/A	1%

¹ O percentual de desconto pelos registros de ocorrências será aplicado sobre o **valor da Ordem de Serviço** respectiva ao mês de referência da ocorrência.

APÊNDICE 04 MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO:	XX/2023-MEC
ÓRGÃO/UASG:	Ministério da Educação – Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (UASG 150004)
OBJETO:	Contratação de solução Enterprise Linux e servidores de aplicação, incluindo suporte técnico oficial do fabricante e consultoria especializada.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PARTNUMBER	CATSER	UNIDADE	QTDE ESTIMADA	VALORES ESTIMADOS	
						UNITÁRIO	TOTAL
1	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters with Smart Management, Premium	RH00006	27502	Subscrição	48	R\$	R\$
2	Red Hat Runtimes, Premium (16 Cores or 32 vCPUs)	MW00275	27502	Subscrição	10	R\$	R\$
3	Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01621	27502	Subscrição	64	R\$	R\$
4	Red Hat OpenShift Platform Plus with Integration, Premium (2 Cores or 4 vCPUs)	MW01802	27502	Subscrição	68	R\$	R\$
5	Red Hat Ansible Automation Platform, Premium (100 Managed Nodes)	MCT3694	27502	Subscrição	2	R\$	R\$
6	Unidades de Treinamento (UT) - Créditos Educacionais Oficiais do Fabricante RED HAT	MCT0032US	27332	Unidade	80	R\$	R\$
7	Consultoria Especializada Red Hat - Consultor	GPS-C	27332	Hora	9.176	R\$	R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo

CEP:

Fone/Fax:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Agência:

Conta Corrente:

Banco:

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ARP/CONTRATO:

Nome Completo (sem abreviaturas):

CPF:

IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDITOR:

Cargo / Função:

Endereço Completo:

Cidade / UF:

CEP:

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.
- c) A empresa proponente declara a não aplicação da prática do "registro de oportunidade" para o objeto ofertado na presente proposta comercial, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2023.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

Prazo de validade da proposta: (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

INSTRUÇÕES:

1. A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
2. Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).
3. Para a fase de habilitação técnica, anexo à proposta, devem ser apresentados os documentos necessários e suficientes para a comprovação do atendimento aos critérios técnicos de habilitação, conforme definido no TERMO DE REFERÊNCIA.
4. Conforme súmula TCU 254/2010 o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) não devem constar da composição de preços da proposta.
5. À proposta é necessário juntar cópia dos principais documentos da empresa (alteração contratual ou procuração) e do responsável (documento de identidade, CPF ou CNH).
6. O disposto no TERMO DE REFERÊNCIA, a proposta deve ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

APÊNDICE 05 MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO**INTRODUÇÃO**

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	xxxxxxxxxxxxx

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
-----------------	--------------	--------------	--------------

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >
<RESPONSÁVEL PELA DEMANDA / FISCAL REQUISITANTE>
Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >
<GESTOR DO CONTRATO>
Matr.: <Nº da matrícula>

BRASÍLIA/DF, XX DE XXXX DE 20XX.

APÊNDICE 06 TERMO DE CIÊNCIA**INTRODUÇÃO**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante. _____

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

BRASÍLIA/DF, XX DE XXXX DE 20XX.

APÊNDICE 07 TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.
- CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de BRASÍLIA/DF, Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10. ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</p>

TESTEMUNHAS	
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>

Brasília/DF, ____ de _____ de 2023.

APÊNDICE 08 TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – SERVIÇOS DE TIC**INTRODUÇÃO**

O Termo de Recebimento Provisório trata-se de termo detalhado que declarará que os serviços foram prestados e atendem às exigências de caráter técnico, sem prejuízo de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO**SOLUÇÃO DE TIC**

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...
...
...
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à <OS> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e <atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m)> às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigências técnicas definidas no TR>
...

...
...

4 – ASSINATURA**FISCAL TÉCNICO**

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

APÊNDICE 09 TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO				
O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.				
Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.				
1 – IDENTIFICAÇÃO				
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa			
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx	
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>			
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>			
2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
SOLUÇÃO DE TIC				
<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				
3 – ATESTE DE RECEBIMENTO				
Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO/ATESTAMOS que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela CONTRATADA e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.				
ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO	
1	<exigência contratual estabelecida no TR >	
...	
...	
...	
...	
4 - DECONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR				
De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.				

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

<As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização>.

5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

6 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>